

Manual do Capacitador



Introdução

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) é a lei federal que dá as diretrizes e regulamenta a política urbana que deverá ser praticada pela União, Estados e municípios. Fruto de anos de luta de vários setores da sociedade comprometidos com a democratização de nossas cidades, o Estatuto contém uma série de diretrizes e instrumentos jurídicos e urbanísticos que têm o poder de intervir fortemente sobre o espaço urbano.

No entanto, a simples existência dessa lei não garante a democratização e um maior equilíbrio socioambiental para as cidades brasileiras. Para que isso efetivamente ocorra, é necessário que suas premissas saiam do texto da lei e adentrem as práticas de planejamento e gestão urbana e – principalmente – sejam incorporadas ao cotidiano dos cidadãos.

Nesse processo de difusão e aprofundamento dos conteúdos do Estatuto da Cidade, construímos este **Kit das Cidades** – um conjunto de instrumentos de capacitação, dirigido aos diferentes setores da sociedade.

O objetivo do Kit é servir de apoio para cursos e atividades de capacitação, para que o público possa se aproximar dos complexos conteúdos do Estatuto, adquirido assim a capacidade de aplicá-los em suas realidades locais específicas.

O Kit compõe-se de:

- Vídeo das Cidades
- Guia do Estatuto da Cidade
- Cartilha
- Jogo do Estatuto da Cidade
- Cd-rom com vinhetas de rádio

- Cd-rom contendo o Banco de Experiências de Regulação Urbanística e arquivos em .pdf que permitem a reprodução da cartilha, guia e jogo.

- Manual do capacitador

Cada um desses instrumentos de comunicação tem um foco, um público e uma linguagem específica, mas o objetivo é comum: a difusão do conhecimento a respeito do Estatuto da Cidade. Podem ser utilizados em conjunto ou separadamente, dependendo das condições e oportunidades de capacitação.

Dependendo do grau de conhecimento que o público possui do tema, a linguagem e os métodos de capacitação devem ser adaptados, mas o conteúdo básico a ser multiplicado permanece o mesmo. É importante que o capacitador tenha o domínio dessas especificidades, para extrair o máximo de rendimento do curso.

A dinâmica

Os instrumentos de capacitação propostos neste Kit não têm eficácia por si sós. Precisam ser inseridos em um contexto que facilite e dinamize a capacitação, para que suas possibilidades de difusão do conhecimento sejam potencializadas. Para isso, é importante que o capacitador planeje a dinâmica de utilização desses instrumentos.

Algumas recomendações:

- O curso permite um maior rendimento quando alternamos a aplicação de instrumentos mais lúdicos, como o Jogo do Estatuto da Cidade ou o Vídeo das Cidades, com aulas expositivas, explicando

a história e os diferentes instrumentos do Estatuto, sempre sob a perspectiva de sua aplicação para a solução de problemas práticos nas cidades dos participantes, e não os instrumentos por si sós.

- O capacitador não deve encarar este material como amarra, e sim como apoio para que ele consiga multiplicar o conteúdo do Estatuto. Para isso, deve apropriar-se desse conteúdo e desses materiais, e utilizá-los de maneira que sinta-se confortável, sentindo-se livre para experimentar novas possibilidades.

- O capacitador não deve iniciar o curso “despejando” o conteúdo em cima dos alunos, mas procurando saber dos alunos o que eles conhecem do tema, qual é a realidade de cada um que os levou a procurar aprimorar-se nesse conhecimento.

- É importante também que no início do curso o grupo se conheça, cada um se apresentando, para que se inicie desde o início a construção de relações dentro do grupo.

- Devem ser utilizados elementos lúdicos, como dramatizações, jogos, com o corpo, etc. O conhecimento não é algo que se assimila apenas com aulas ou palestras, mas à medida que o aluno percebe, com todos os seus sentidos, aquilo que é útil para sua vida, e que pode ser experimentado de diversas formas.

- É importante ter em mente que o curso não é um pacote, formatado e imóvel de conhecimento, mas que vai apresentar instrumentos e ferramentas que se combinarão com a vivência e as questões de cada cidade ou grupo, para construirmos juntos o conhecimento. Nesse sentido, os instrumentos de

capacitação não devem dar “receitas fechadas” – o que transformaria o público do curso em atores passivos, não correspondendo ao desafio de tomar em suas mãos os instrumentos do Estatuto e fazê-los valer em suas cidades. É importante que a dinâmica do curso transmita essa idéia de que este só terá eficácia se os princípios explanados foram efetivamente utilizados fora dele.

- Os alunos devem ser desafiados a produzir os resultados do curso, a dar respostas às questões, de maneira que se sintam participantes do processo de construção do conhecimento.

É possível reproduzir esses materiais?

Sim. É possível e desejável reproduzir os materiais de capacitação do Kit. O kit contém um cd com os os diversos materiais na forma digital (.pdf) e um arquivo chamado instrucoes.doc (em word) que explica como reproduzir os materiais. Esta reprodução é isenta de pagamento de direitos autorais, entretanto precisa ser autorizada pelo Instituto Pólis (ver endereço ao final).

Preocupados com a cópia indiscriminada dos materiais para fins comerciais e procurando evitar eventuais modificações que possam ser feitas em nome das instituições envolvidas, permitimos a reprodução dos materiais com a autorização. Lembramos que serão facilitadas as autorizações para fins educativos e proibidas as reproduções para uso comercial.

Instrumentos de Capacitação

O Guia do Estatuto da Cidade

O **Guia do Estatuto da Cidade** é um material de caráter técnico, que tem como objetivo apoiar a ação daqueles que estão diretamente envolvidos na implementação do Estatuto da Cidade, que deparam-se com dúvidas de ordem técnica. É um livro de consulta, que deve estar disponível a todos aqueles que tiverem dúvidas ou necessitarem de esclarecimentos sobre os diversos aspectos do Estatuto. Por esse caráter, é desejável que o Guia fique à disposição para consulta pública em alguma biblioteca ou centro de documentação, de maneira a atingir o maior número de usuários.

O Guia do Estatuto da Cidade é também o material básico para que os capacitadores adquiram o conhecimento necessário para dar o curso sobre o Estatuto da Cidade, e é desejável que o Guia esteja acessível aos capacitadores durante o curso, para esclarecimento de dúvidas.

O **Guia do Estatuto da Cidade** traz uma leitura interdisciplinar, que aborda tanto aspectos jurídicos e administrativos quanto aspectos urbanísticos e financeiros dos instrumentos do Estatuto da Cidade. Possui também referências de experiências realizadas por diversos municípios.

O CD de dados apresenta também uma versão em .pdf do Guia do Estatuto da Cidade, versão que encontra-se também disponível na internet no site da Caixa Econômica Federal: www.caixa.gov.br

O Vídeo das Cidades

O **Vídeo das Cidades** é um instrumento destinado a despertar a atenção do público para o Estatuto da Cidade. Produzido em linguagem de animação, simples e sedutora, o vídeo é feito para a sensibilização do público mais amplo, sem pretensões de esclarecer minúcias técnicas do Estatuto da Cidade. Por essas características, recomendamos que seja exibido no início do curso, para provocar o interesse do público para o conhecimento que será recebido a seguir.

Além disso, o **Vídeo das Cidades** é concebido como uma peça autônoma, que pode – e deve – ser utilizado em outras ocasiões, como por exemplo em audiências públicas, Conferências da Cidade, ou dentro de um processo de discussão de um Plano Diretor. Pode ser também utilizado para convocar os atores da cidade a fazer o curso sobre o Estatuto da Cidade. Pode também ser incluído nos programas das disciplinas de planejamento ou urbanismo das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Geografia.

Por esse caráter versátil, é importante que o vídeo das cidades fique depositado em um local acessível em sua cidade, como bibliotecas ou centros de documentação públicos, e que seja viabilizado um sistema de empréstimo e devolução. Assim como todos os outros materiais de capacitação, o **Vídeo das Cidades** não terá validade alguma se ficar parado dentro de uma gaveta.

Curso a Distância “Planejamento Territorial, Estatuto da Cidade e Plano Diretor”

O curso a distância em CD Rom é um instrumento de formação técnica daqueles que pretenem ou precisam intervir na realidade territorial local. Seu conteúdo é simplificado e focado nas questões operacionais dos diversos aspectos do planejamento territorial e do Estatuto da Cidade. Está dividido em 11 módulos temáticos, voltados aos diferentes aspectos do planejamento territorial municipal. Contém as principais referências para cada tema - sítios na internet, endereços, dicas de leitura - de modo que o público possa se aprofundar em cada um dos temas e buscar apoio específico.

Além de poder ser utilizado por todos aqueles que quiserem se familiarizar com os temas do Estatuto, o curso a Distância pode servir de base para as apresentações expositivas de um curso de capacitação, pois já possui slides de conteúdo bastante acessível no diversos temas.

Jogo do Estatuto da Cidade

O **Jogo do Estatuto da Cidade** é um jogo de papéis, cujo objetivo é familiarizar os participantes com os conteúdos e instrumentos do Estatuto da Cidade, à medida que estes são desafiados a utilizá-los em situações imaginárias. Por isso sugerimos que seja jogado ao final do programa, pois os participantes já terão o conhecimento dos instrumentos do Estatuto e o jogo servirá como aplicação desse conhecimento.

O jogo é ambientado em três cidades imaginárias – Santo Expedito, Rurópolis e Tesouro de Areia –, para as quais são colocadas situações urbanas, bastante comuns, que são complexas e que envolvem diferentes atores sociais em conflito. Cada um dos participantes desempenha o papel de um ator importante na questão, e é estabelecido um tempo (o ideal é cerca de uma hora) para que a situação seja desenvolvida.

Não há vencedores ou perdedores: o grupo de jogadores deve, em conjunto e administrando os conflitos de interesses, chegar a uma resposta ao conflito, utilizando-se dos instrumentos do Estatuto.

Podem jogar o Jogo do Estatuto da Cidade de 4 a 10 jogadores, de acordo com a situação escolhida. Cada grupo deve ter um mediador, que é o responsável pelo manejo dos personagens e situações, e para isso deve ter um bom conhecimento dos instrumentos do Estatuto. As instruções de como jogar encontram-se no Manual de Instruções.

A Cartilha

A **Cartilha** possui linguagem bastante acessível e é dirigida ao público que não conhece o Estatuto da Cidade. Os representantes de setores populares da sociedade, organizados ou não são o público-alvo preferencial.

Um possível uso para a Cartilha é no início do Curso, logo após o vídeo, para que as pessoas possam ler e introduzir-se no assunto.

Dependendo das possibilidades de quem está oferecendo o curso, é possível reproduzi-la. O kit apresenta também arquivos que permitirão a reprodução da cartilha em gráfica, capa em 4 cores e miolo em 1 cor (ver como fazê-lo no arquivo instrucoes.doc, dentro do CD). Um curso em torno do Estatuto da Cidade deve realizar um esforço de reprodução da Cartilha, de maneira que cada um dos alunos possa receber.

Banco de Experiências de Regulação Urbanística

Muitos municípios não esperaram a aprovação do Estatuto da Cidade para aplicar alguns de seus instrumentos. Outros já conseguiram, em um prazo muito curto, elaborar e implementar instrumentos após a aprovação do Estatuto. O **Banco de Experiências de Regulação Urbanística** foi construído para sistematizar o conhecimento que possuímos sobre essas experiências, e

apoiar o capacitador na elaboração do curso e os cidadãos que envolverem-se na elaboração de instrumentos em suas cidades.

Os instrumentos estão classificados em categorias, e sobre cada uma das experiências procuramos colocar a realidade sobre a qual ele se propõe a intervir, e, se possível, a avaliação do impacto de sua aplicação.

O Banco de Experiências é dirigido ao setores técnicos e aqueles que devem conhecer as minúcias da regulação urbanística: Ministério Público, vereadores e assessores, representantes da sociedade civil que estejam ligados diretamente aos processo de produção ou revisão das leis.

O Banco de Experiências estará disponível no site www.polis.org.br e deverá ser constantemente alimentado com novas experiências. Participe, através do site, levantando e enviando as experiências de seu município!

Vinhetas de Rádio

O kit contém algumas vinhetas de rádio, destinadas a sensibilizar a população para as novas possibilidades do Estatuto da Cidade. Assim como o **Vídeo das Cidades**, as vinhetas de rádio podem ser utilizadas em momentos onde é necessário um processo de sensibilização e comunicação com comunidades, para que estas envolvam-se em processos de planejamento territorial. Ao contrário do vídeo, que pressupõe uma mobilização das pessoas para receber o conteúdo, as vinhetas de rádio podem “pegá-las

de surpresa”, pois é comum as pessoas deixarem o rádio ligado enquanto fazem suas atividades cotidianas. Além disso, algumas comunidades ou ocupações vivem em locais cujos equipamentos de comunicação são de difícil acesso, e o rádio aparece como uma possibilidade. As vinhetas de rádio podem ser utilizadas para convocar os cidadãos para o curso de capacitação, ou para debates específicos sobre o Estatuto da Cidade, ou para uma discussão sobre o Plano Diretor local.

É preciso fazer uma avaliação do curso?

Sim. As atividades educacionais precisam ter encadeamentos claros, e o curso de capacitação do Estatuto da Cidade não se encerra em si. É necessário que os alunos e o capacitador façam a avaliação das atividades realizadas o curso, de forma que tenha clareza daquilo que foi apreendido no curso e daquilo que precisa de futuras atividades de capacitação. Se não houver possibilidade de discutir em grupo os resultados da avaliação, é importante que estes fiquem disponíveis para consulta, no caso de preparação de outra rodada do curso. Propomos aqui um questionário de avaliação do curso, que permite que o capacitador perceba as necessidades posteriores ao curso.

Sugestão de Dinâmica

Sugerimos aqui uma possibilidade de aplicação dos instrumentos, em um curso sobre o Estatuto da Cidade, com duração de dois dias.

Dia 1

Manhã

Vídeo do Estatuto da Cidade
Palestra introdutória à questão urbana no Brasil
Apresentação do Estatuto

Tarde

Instrumentos do Estatuto da Cidade:
Plano Diretor
Instrumentos do Estatuto da Cidade:
Instrumentos de Indução do
Desenvolvimento Urbano

Dia 2

Manhã

Instrumentos do Estatuto da Cidade:
Regularização Fundiária
Instrumentos do Estatuto da Cidade:
Gestão Democrática da Cidade

Tarde

O Jogo do Estatuto da Cidade
Fechamento e avaliação

Ficha de Avaliação

Curso de Capacitação

Seu nome: _____

Profissão: _____

Associação/Instituição: _____

Endereço: _____

Município/Estado: _____

CEP: _____

Tel: _____

E-mail: _____

Em que local foi aplicado o curso?

Em que município o curso aconteceu?

Total de pessoas: _____

1. Por que veio participar desse curso? O que espera do curso?

Responder as perguntas abaixo usando a sequência numérica de 1 a 5, sendo 1 o conceito mais baixo e 5 o melhor conceito. Faça comentários!

2. As aulas corresponderam às suas expectativas? Por quê? ()

3. O conteúdo foi suficiente? ()

4. A metodologia e a dinâmica estimularam o trabalho? ()

5. Os educadores foram eficientes na condução do processo? ()

6. O tempo foi suficiente? ()

7. Na sua opinião o curso...

a) Facilitou o entendimento das dinâmicas de sua cidade? ()

b) Explicou quais são e como utilizar os instrumentos presentes no Estatuto da Cidade de forma a obtermos uma cidade mais equilibrada? ()

c) Permitiu estabelecer comparações entre os problemas vividos por sua cidade e os exemplos dados em aula, sugerindo ferramentas para solucioná-los ou evitá-los? ()

d) Demonstrou que o diálogo entre os diversos atores envolvidos nas questões urbanas podem ajudar a promover uma cidade melhor? ()

8. Você tem algum outro comentário e/ou sugestão sobre o curso de capacitação?

Instrumentos

9. Faça as suas observações sobre os instrumentos do kit que foram utilizados durante o curso:

a) O Vídeo das Cidades

b) O Jogo do Estatuto da Cidade

d) A Cartilha

e) O CD “Planejamento Territorial, Estatuto da Cidade e Plano Diretor”

Kit das Cidades

2ª Edição 2005

A 1ª edição do Kit das Cidades esgotou-se e, como a demanda permaneceu grande, foi feita uma 2ª edição, construída a partir do monitoramento das aplicações e impactos do Kit, com o apoio da CAIXA. Alguns instrumentos foram revistos, outros agregados, procurando dar focos específicos a alguns temas e adaptar o Kit às mudanças recentes na política urbana no Brasil.

Duas temáticas foram aprofundadas nessa 2ª edição: a **Gestão Social da Valorização da Terra** e o **Plano Diretor**.

Gestão Social da Valorização da Terra

As ações do poder público, como investimentos ou mudanças nas normas urbanísticas, provocam alterações no valor da terra. Por exemplo, quando uma cidade expande o seu perímetro urbano, ou quando um zoneamento é alterado, permitindo a construção de edifícios em um lugar onde antes só era permitida a construção de casas, o valor da terra pode aumentar. Ou quando a Prefeitura constrói um parque, isso pode alterar o valor dos terrenos próximos. A apropriação dessa valorização por apenas alguns proprietários não é justa, por isso o poder público deve recuperar essa valorização e redistribuí-la para toda a coletividade. É isso que estamos chamando de “gestão social da valorização da terra”.

Existem ferramentas para as cidades lidarem com isso, e recuperarem pelo menos parte dessa valorização, que dever servir, dentre outros, para que o poder público possa continuar investindo nas cidades.

Para mais informações sobre o tema, consulte o *site* do Lincoln Institute of Land Policy: www.lincolninst.edu.

O Kit trata desse tema, com novos materiais pedagógicos: um gibi e um Caderno Pólis.

Rio das Pás

O gibi **Rio das Pás** conta a história de uma cidade imaginária, onde está sendo construída uma represa. A cidade tem um problema: a escassez de pás para o trabalho na represa, o que origina toda uma especulação com as pás. Toda a cidade envolve-se com negociações em torno das pás, e não se trabalha mais na construção da represa. O preço das pás sobe sem parar, e alguns vêem isso como algo positivo, como se a cidade estivesse gerando riqueza. Mas, na verdade, ocorre o contrário: a especulação com as pás empobrece a cidade, exceto alguns poucos proprietários que se tornam cada vez mais ricos.

A mesma coisa acontece com a terra urbana. Como em nosso país a terra urbanizada é um bem escasso, ela é objeto de especulação. O final do gibi mostra como a especulação em Rio das Pás passa das pás para a terra, perpetuando a desigualdade na cidade. As páginas 32 e 33 do gibi estão em branco para facilitar a

Sugestão de dinâmica

O gibi deve ser usado em um curso para introduzir a questão do enriquecimento sem causa. Como não é curto, o ideal é que seja distribuído e lido antes do curso acontecer, para que em sala de aula se dê o debate sobre o tema.

Sugerimos que a leitura seja feita até a parte das páginas em branco. Depois, a turma faz um debate, a partir de perguntas como: Porque as pás passaram a custar tão caro? Isso está gerando riqueza na cidade? Se Rio das Pás tivesse mais pás, seria uma comunidade mais rica ou mais pobre? O que vocês acham que aconteceu com Rio das Pedras? Como será o fim dessa história?

Depois do debate, a turma lê o final do gibi e abre-se novamente a discussão, redirecionando-a para a temática da valorização fundiária. Após a compreensão da idéia do enriquecimento sem causa, da valorização da terra de forma privada, é possível discutir a respeito dos instrumentos que existem para enfrentar essa questão.

Caderno Pólis Gestão Social da Valorização da Terra

Neste caderno, está relacionada a questão da valorização desigual da terra e as possibilidades e instrumentos que o poder público e a sociedade dispõem para lidar com isso, principalmente a partir da aprovação do Estatuto da Cidade.

O caderno tem três textos: um primeiro que explica os conceitos relativos ao tema; um segundo que tem como hipótese básica que, após a aprovação do Estatuto da Cidade, o poder público não só pode, como deve recuperar parte da valorização da terra que é provocada pelos investimentos ou por mudanças na regulação do uso do solo, reforçando as diretrizes do Estatuto da Cidade da **Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes dos processos de urbanização** (EC, art. 2, IX) e colocando o Plano Diretor como instrumento que costura os instrumentos para que se cumpram as diretrizes. O terceiro texto coloca as resistências à gestão dessa valorização em toda a América Latina.

O caderno deve ser usado pelo capacitador, para que ele incorpore esses conteúdos, e também como material de aula. É um material de conteúdo técnico e serve também para todos os cidadãos exigirem que essa gestão seja feita pelos municípios brasileiros.

Vinhetas de rádio

Essa nova versão do cd-rom com vinhetas de rádio conta com 6 novas vinhetas sobre o tema da gestão social da valorização da terra. Além disso, possui um encarte com o texto que serviu de base para essas vinhetas, que disserta sobre o tema com uma linguagem mais simples e acessível aos mais diversos públicos. Esse texto também pode e deve ser utilizado nas atividades de capacitação, funcionando como uma introdução ao tema.

No encarte também há uma descrição muito sintética de cada conteúdo das vinhetas anteriores para que o usuário possa encontrá-las mais facilmente.

Plano Diretor

O principal tema referente à implementação do Estatuto da Cidade nos municípios brasileiros será certamente o Plano Diretor Participativo. A participação da população em todas as suas etapas de construção é fundamental. Não só na elaboração, mas também na coordenação do processo.

O Kit pode e deve ser utilizado nas atividades de capacitação dos Planos Diretores Participativos. Os Planos que são feitos com amplos processos de capacitação são mais bem sucedidos na democratização das cidades. Só é possível envolver a população na elaboração, implementação e fiscalização do Plano Diretor se ela for capaz de conhecer seus direitos e os instrumentos que existem para garanti-los.

Embora seja dever do poder público capacitar e esclarecer a população sobre o Plano Diretor, o Estatuto da Cidade e seus instrumentos, a sociedade deve também mobilizar-se de forma independente e fazer as suas próprias atividades de capacitação.

O Kit trata especificamente do Plano Diretor no seu novo material:

Cd-rom Planejamento Territorial e Plano Diretor Participativo

O cd-rom **Planejamento territorial e Plano Diretor - como aplicar em seu município**, que constava da primeira edição do Kit, foi substituído por um instrumento mais completo e que trata mais especificamente das etapas e instrumentos do Plano Diretor, o cd-rom **Planejamento Territorial e Plano Diretor Participativo**.

O cd-rom é um material com informações para a formação dos capacitadores. Seu conteúdo pode ser aproveitado para a construção de apresentações e aulas.

Revisão dos Instrumentos

Alguns dos instrumentos do Kit foram revistos, incorporando sugestões e aprofundando-se nas novas temáticas.

O Jogo do Estatuto

O Jogo do Estatuto da Cidade foi reformulado, foram incluídas novas situações e novos instrumentos, para tratar dos novos temas. Em cada cidade quase imaginária, foi incluída uma situação que trata da gestão social da valorização da terra. Incluímos também um novo elemento: um envelope chamado **Plano Diretor**, que contém as cartas de todos os instrumentos que precisam constar do Plano Diretor para serem aplicados. Isso, para deixar bem claro a grande importância do Plano Diretor. No entanto,

Banco de Experiências de Regulação Urbanística

No **Banco de Experiências**, é possível pesquisar de que forma as cidades vêm realizando mudanças na sua legislação.

O Banco de Experiências foi diversificado e ampliado, e traz informações em dois níveis:

- um *mapeamento* das cidades e instrumentos urbanísticos, dividido em quatro categorias: **plano diretor, gestão social da valorização fundiária, regularização da terra e da moradia** e outros instrumentos urbanísticos;

- uma *sistematização* um pouco mais aprofundada de algumas experiências, que consideramos mais relevantes.

Pode ser um instrumento interessante para que aqueles envolvidos na construção dos Planos Diretores ou processos de regularização fundiária para que aprendam com outras experiências de cidades. Não é necessário começar sempre do zero, as cidades podem e devem aprender com as experiências anteriores.

Mas atenção! O Banco de Experiências não é um banco de “melhores práticas”, os organizadores não estão dando seu aval para as experiências que constam do banco. Ele é um instrumento que apenas facilita o acesso ao conhecimento. Por isso, é importante analisar as experiências com um olhar crítico, procurar informar-se sobre os seus efeitos mais recentes. As realidades locais são muito distintas, e instrumentos eficazes em um município podem ser inócuos quando aplicados

sobre outra realidade. Lembre-se: copiar leis de outras cidades, sem críticas ou adaptações, resulta sempre em desastre!

O Banco de Experiências está em permanente atualização. Consulte a última versão no *site*: **www.estatutodacidade.org.br**.

Distribuição do Kit das Cidades

O **Kit das Cidades** é um material de multiplicação, destinado aos capacitadores e multiplicadores envolvidos na luta pela reforma urbana no Brasil. Para garantir que ele seja realmente utilizado, só será distribuído para aqueles que têm um Plano de Multiplicação. Se você tem em mãos um Kit, já deve ter enviado ao Instituto Pólis ou a outra entidade o seu Plano de Multiplicação. Para que os organizadores do Kit possam monitorar seu impacto, é muito importante registrar as atividades de multiplicação que você faz, e enviá-las ao nosso banco de dados, no e-mail: urbanismo@polis.org.br.

Novos Kits poderão ser solicitados por todos aqueles que tiverem seus Planos de Multiplicação, no mesmo e-mail. Os Kits são doados, só é necessário arcar com os custos do correio.

Essa 2ª edição contou com o apoio do Lincoln Institute of Land Policy.

© 2005 Instituto Pólis

Impresso no Brasil, São Paulo, 2ª edição, junho de 2005.

Tiragem 1.000 exemplares

Realização

2ª edição: Instituto Pólis/ Lincoln Institute of Land Policy

Coordenação Geral: Renato Cymbalista, Paula Santoro

Equipe Técnica: Renato Cymbalista, Paula Santoro, Denise Invmoto

Revisão edição de Arte: Denise Invmoto

Revisão português: Iara Rolnik Xavier

1



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA



PÓLIS
INSTITUTO DE ESTUDOS,
FORMAÇÃO E ACESSORIA
EM POLÍTICAS SOCIAIS